

LET'S DO IT!

spi
INFORMAÇÃO



foto Ana Alvim

Desafios da escolaridade obrigatória de 12 anos

O programa de acção aprovado no recente Congresso da Federação Nacional dos Professores aponta como grande desafio desta legislatura, no sector da Educação, o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos. Para a Fenprof, que em 1998 foi pioneira nesta proposta, o abandono e o insucesso escolares são os principais desafios que a medida enfrenta.

Passadas mais duas décadas e diversas medidas para que a maioria dos jovens concluísse com sucesso o 9º ano de escolaridade – meta que ainda não cumpriu na totalidade –, poderá Portugal esperar mais 20 anos para concretizar o novo desafio?

É necessário reflectir sobre as consequências do alargamento – para os estudantes, o trabalho docente e as escolas – e planear medidas que garantam, além do acesso, condições de equidade, mas também diversidade de percursos e ofertas formativas. As dificuldades e os obstáculos que o sistema educativo tem enfrentado serão ampliados, seguramente, quando toda a população até aos 18 anos estiver na escola.

Em 2009, Vieira da Silva e Lurdes Rodrigues identificaram três grandes desafios a que as escolas e a política educativa teriam de responder: autonomia e reforço da capacidade de gestão e de liderança nas escolas; exigência de prestação de contas; e qualidade das aprendizagens de todos os alunos. Estes *desafios*, que são indicações para as medidas de política educativa a implementar, colocam nas escolas e nos seus profissionais a responsabilidade pelos resultados dos alunos, exigindo, simultaneamente, a igualdade e a elevação da qualidade média das aprendizagens e requerendo maior equidade na distribuição dos recursos educativos.

O efectivo cumprimento da medida vai exigir momentos de reflexão nas escolas, onde alunos e docentes têm de ser chamados a uma outra forma de construir os processos de ensino-aprendizagem. Também o currículo e a sua organização terão de ser repensados para uma resposta a todos. O Ensino Secundário, que nas últimas décadas se tem organizado sobretudo para responder às exigências do Superior, terá de se preparar para responder a outras solicitações e de se adequar a outras e diversas formas de se organizar, possibilitando múltiplas ofertas.

A ênfase na responsabilização das escolas pelas respostas que encontrarem e pelas opções que tomarem, delegando na sagrada autonomia uma função que é do Estado, bem como a prestação de contas a partir dos resultados dos alunos em diversas avaliações externas – no quadro de uma gestão que aproxima cada vez mais o processo educativo aos processos de produção em série –, colocam às escolas e aos seus profissionais a exigência de uma reflexão profunda sobre a missão de uma escolaridade alargada e de uma resposta urgente – a urgência de pensar uma escolaridade de 12 anos. ▶

Anabela Sousa,
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Capa** Fotografia Ana Alvim · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

O denominador comum

À esfingica figura de Rodrigues sucedeu, como todos sabemos, a sorridente Alçada. Ao arranque das suas aventuras na Educação correspondeu algo mais do que uma simples mudança de estilo. Desde logo uma vontade expressa de alterar métodos de trabalho, de negociar com seriedade, de corrigir alguns dos mais dramáticos erros da sua antecessora, de tentar pacificar o sector profissional mais reivindicativo dos últimos anos (e mais demolidor para o Governo de então), de conseguir algo absolutamente imprevisível no cenário anterior – um acordo com os principais sindicatos.

Acordo conseguido, começaram os disparates. Perguntar-se-á porquê, se o caminho até parecia outro.

E é aqui que entra o elo mais forte; a peça decisiva; o denominador comum a dois estados de alma aparentemente tão distintos – o primeiro-ministro, José Sócrates. Esteve por trás da indizível senhora que passou quatro anos a dismantelar, peça por peça, o sistema educativo português, e paira agora, como sombra tutelar, sobre os ombros da nova ocupante do Ministério da Educação.

Comanda-lhe a acção, nem que seja necessário obrigá-la a desdizer hoje o que afirmou ontem. Define-lhe o campo onde deve ostentar uma inesperada teimosia, cega e até ilegal, como é o caso da inclusão da avaliação de desempenho na ordenação dos concursos. Mostra-lhe, de forma evidente, quem é que manda naquela cada vez mais desorientada equipa de ministros, educação obviamente incluída.

Acontece então algo bastante insólito, quase contra-natura: a nova ministra, quanto mais tempo passa desde a sua tomada de posse, menos ministra é, sendo que parece não dar conta disso – o que não deixa de ser surpreendente! Ou então, hipótese nada dignificante para o seu perfil, não se importa que assim seja.

É contestada de todos os lados por “decidir” encerrar mais umas centenas de escolas? Sai a terreiro o intrépido engenheiro e afirma, com a despudorada tranquilidade dos ignorantes: “seria criminoso não encerrar escolas com 20 alunos”. Está tudo dito. Quem somos nós, quem é Isabel Alçada, para contrariar tão peremptória afirmação?

Abel Macedo,
coordenador do SPN



E, no entanto, a Terra move-se...

Não é necessário entrar em nenhum exercício de futurologia para prever o desfecho que já se desenha, com contornos cada vez mais nítidos e perceptíveis. José Sócrates, absolutamente desgastado na sua imagem pelas múltiplas trapalhadas em que se meteu, desautorizado no seu estatuto político pelos enormes erros que não pára de cometer e que só agravam as repercussões internas da crise que o neoliberalismo gerou, é cada vez menos primeiro-ministro. Já ninguém o respeita, já ninguém lhe reconhece autoridade política (já que autoridade moral nunca teve...), já não é solução para nada. Pelo contrário, é cada vez mais parte importante do problema. Caberá numa pequenina gaveta da pequena história, a que é destinada aos políticos sem palavra, aos mediocres, àqueles a quem nem os assomos de autoritarismo e prepotência conseguem ocultar a mesquinhez das suas vidas.

O desfecho só não será igual ao anterior porque, desta vez, não há denominador comum – saem os dois!

Uma coisa é certa: depois de toda esta convulsão educativa, continuará a haver Escola, continuará a haver professores, alunos, funcionários, pais... E – escutem bem, senhor engenheiro e senhora escritora de pequenos livros – continuará a haver sindicatos!

E nós, professores que valorizamos o espaço sindical enquanto afirmação do querer colectivo, iremos deitar mãos à obra e encontrar as melhores formas de reerguer a Educação no nosso país. ▀

Um final de ano de



foto Jorge Caria

25.MAIO. A Fenprof entregou ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, uma petição com 4.542 assinaturas reclamando a aplicação à Educação Pré-Escolar de um calendário escolar igual ao do Ensino Básico. Tendo em conta o número de subscritores, a petição reúne condições para ser discutida no Parlamento, pelo que se aguarda o seu agendamento. O calendário escolar específico da Educação Pré-Escolar vigora desde 2002, quando o ministro David Justino assumiu privilegiar a vertente social em detrimento da pedagógica. Desde então, os educadores e os sindicatos da Fenprof têm contestado a sua manutenção, por considerarem que prejudica de forma significativa o desenvolvimento da actividade educativa assim como o funcionamento dos próprios agrupamentos, impedindo que os educadores participem nos espaços de avaliação, reflexão e discussão dos restantes docentes. ▶



foto Jorge Caria

09.JUNHO. Uma delegação da Fenprof entregou ao secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Ventura, um abaixo-assinado reivindicativo do 1.º Ciclo, subscrito por cerca 10.000 professores. Na oportunidade, foi salientada a elevada carga horária dos professores, bem como as inúmeras tarefas a que estão sujeitos, muitas delas de carácter meramente burocrático, e que lhes retiram muito do tempo de trabalho individual, comprometendo seriamente a qualidade das aulas que leccionam. Foi também salientado o elevado tempo que as crianças passam na escola, nomeadamente devido à forma como as AECs foram implementadas e como estão a sobrepôr-se às actividades curriculares. O secretário de Estado mostrou-se sensível às questões apresentadas, revelando intenção de as analisar e de retirar aos professores as tarefas que perturbam a sua principal função. Aguardamos que algo aconteça! ▶



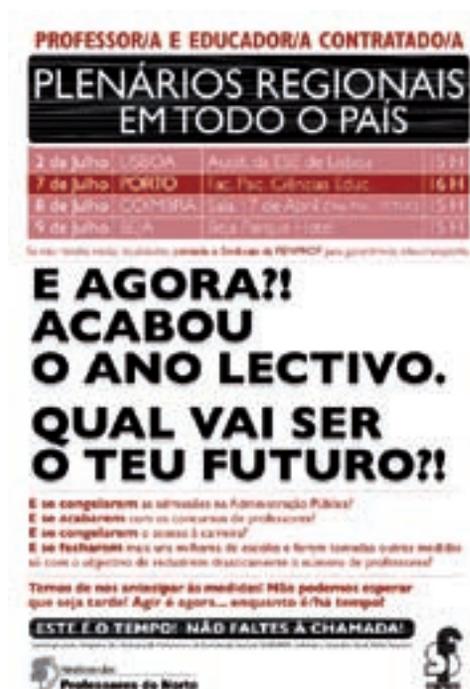
foto José Paulo Oliveira

14.JUNHO. A Fenprof reuniu com a presidente do Conselho Nacional de Educação, a quem manifestou as preocupações dos professores relativamente à reorganização da rede escolar, aos concursos, à Educação Especial e à violência nas escolas, entre outras. Ana Maria Bettencourt recebeu, também, as conclusões do 10.º Congresso, de onde saíram contributos importantes para a valorização e dignificação da profissão e para a superação de alguns dos graves problemas que se vivem na Educação, num momento em que se anunciam grandes desafios, como a universalização da Educação Pré-Escolar e o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos. Da reunião resultou a sensibilização para os problemas apresentados e, sobretudo, uma perspectiva diferente na sua abordagem, já que muitas das preocupações manifestadas são preocupações do CNE e têm merecido reflexão por parte dos seus membros. ▶

intensa actividade sindical



A Fenprof vai realizar um encontro nacional sobre a problemática da autonomia e gestão das escolas. A iniciativa – que junta um reconhecido especialista em Administração Escolar (Licínio Lima), representantes dos grupos parlamentares e professores em cargos de direcção e gestão – visa fazer o balanço do impacto da implementação do regime instituído pelo DL 75/2008 na vida das escolas e debater perspectivas de desenvolvimento futuro, nomeadamente as que a Federação tem vindo a defender. Esta discussão ganha uma relevância acrescida face à recém-anunciada reestruturação da rede escolar, que, a concretizar-se, levará a que o sistema educativo deixe de ter escolas na sua base para passar a ter mega-agrupamentos. No final do Encontro será entregue no Ministério da Educação o manifesto *Pelo Retorno da Gestão Democrática às Escolas e pelo Reforço da sua Autonomia Pedagógica* (disponível em www.spn.pt). Dada a importância da iniciativa, **apela-se a uma ampla subscrição do manifesto e à participação dos professores (contacta o SPN).** ▶



A situação dos docentes contratados/desempregados é uma das que mais preocupa a Fenprof e os seus sindicatos. A crescente precariedade é hoje um flagelo ao qual é necessário e imprescindível dar uma resposta forte. Nesse sentido, e no âmbito das acções destinadas aos educadores/professores nestas situações, a Fenprof agendou a realização de quatro plenários regionais, apelando a uma forte participação dos interessados. Os docentes têm direito a emprego estável e a uma carreira profissional com direitos. O não ingresso em quadro retira-lhes essa possibilidade. Temos que continuar a exigir que o ministério e o Governo assumam os seus compromissos e que em 2011 se concretize o concurso nacional, com a declaração clara de vagas que constituam necessidades permanentes do sistema. Os sindicatos da Fenprof defendem o pagamento, aos contratados, pelo 1.º índice da carreira docente (167), o ingresso nos quadros ao fim de três anos de serviço e a abertura de vagas de acordo com as reais necessidades das escolas. **Luta também por isso! Não deixes que te tratem assim! Participa nos plenários!** ▶



foto Adriano Rangel

Reestruturação da rede escolar

Quando os critérios financeiros ditam as regras...

Tentar reduzir a despesa pública a todo o custo é a palavra de ordem. A Educação não foge à regra, mesmo sabendo-se que o desinvestimento em educação compromete o futuro e se paga caro.

Depois de quatro anos de enorme tensão e instabilidade, esperava-se que a nova equipa do Ministério da Educação elege-se como prioridade restituir às escolas alguma tranquilidade. Depois de um início de mandato em que a assinatura de um acordo com os sindicatos, em torno da revisão do Estatuto da Carreira, parecia deixar antever um novo ciclo, a concretização de muitas das expectativas então criadas – relativamente aos horários dos professores, aos concursos, à abertura de lugares de quadro... – parece cada vez mais distante.

À ausência de uma resposta positiva a estes problemas (justificada, alegada e reiteradamente, por constrangimentos orçamentais), vem juntar-se agora a reestruturação da rede escolar, objecto da resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, publicada em Diário da República a 14 de Junho.

Escolas com menos de 21 alunos

Veio recentemente a público a intenção do Governo de encerrar mais 900 escolas básicas, 500 das quais ainda este ano. Se é, desde logo, discutível que o número de alunos seja o critério determinante para o encerramento de uma escola – por que é que uma escola frequentada por 20 alunos não tem condições para funcionar e uma com 21 já tem? –, é inaceitável a forma como o Governo avançou para este processo, à revelia das autarquias e do que está consagrado nas cartas educativas municipais. Estamos perante a imposição de uma solução meramente administrativa, alheia às diferentes realidades e ao impacto do encerramento indiscriminado destas escolas no acentuar da desertificação do interior. A reestruturação da rede deve resultar do levantamento das necessidades de cada concelho e envolver as autarquias e as comunidades educativas na procura das soluções mais ajustadas aos diversos contextos regionais e locais, de forma a garantir às crianças as melhores respostas educativas e sociais possíveis.

Constituição de mega-agrupamentos

Um pouco por todo o país, elementos das direcções regionais de educação têm vindo a contactar os responsáveis pela gestão das escolas, comunicando-lhes a decisão de integrar os agrupamentos actualmente existentes e as escolas secundárias em unidades organizacionais de maior dimensão.

Cerca de um ano depois da implementação de um novo modelo de gestão – mais uma alteração que não só não se sustentou numa avaliação do modelo anterior como até contrariou as conclusões de estudos encomendados pelo próprio ME – e de as escolas terem sido obrigadas a constituir novos órgãos de direcção e gestão, vem agora a Administração dizer: *considerem-se todos demissionários, porque vai ser criada uma super estrutura com sede na escola x* (secundária, na generalidade dos casos) *e portanto a vossa escola* (que pode até já ser um agrupamento, constituído por uma EB2/3 e dezenas de escolas de 1º ciclo e jardins-de-infância, que pode até já ter 1500 ou 2000 alunos...) *vai deixar de ser uma unidade organizacional e passar a ser apenas uma parte desse novo mega-agrupamento*. E portanto vai deixar de ter órgãos próprios (Conselho Pedagógico, Conselho Geral, Director) e serviços administrativos (eventualmente outros).

Não se vislumbra qualquer razão de ordem pedagógica para uma reestruturação da rede desta natureza, que inevitavelmente criará uma grande instabilidade nas escolas e constrangimentos acrescidos ao seu funcionamento. Mas compreende-se o alcance financeiro de uma medida que levará à supressão de cargos e serviços e, sobretudo, à redução (significativa) do número de professores que inevitavelmente resultará da concentração de alunos.

Não se põe em causa a necessidade de racionalizar meios. O Governo tem obrigação de o fazer. Não pode é fazê-lo a todo o custo, comprometendo as finalidades que a Escola deve perseguir e desrespeitando a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que estipula que na administração do sistema educativo e das escolas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica sobre quaisquer outros e que a planificação da rede deve ter em vista a imprescindível humanização dos espaços escolares.

Tiques autoritários

- Como é que uma escola com milhares de alunos pode ser um espaço humanizado que favoreça o reforço das relações interpessoais e a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade, favorecendo a inclusão e combatendo o abandono e o absentismo?

- Como é que se gere (administrativamente e, sobretudo, pedagogicamente) uma escola com milhares de alunos e centenas de professores dispersos por vários edifícios?

- Como é que os professores de uma determinada área disciplinar ou de um determinado ciclo vão trabalhar em conjunto em departamentos curriculares sobredimensionados, com largas dezenas (ou mesmo centenas) de professores?

- Como é que o/a director/a vai poder intervir de forma localizada e atempada em situações de indisciplina ou violência, se tem milhares de alunos à sua responsabilidade em locais fisicamente distantes? Estas são apenas algumas das questões que esta reestruturação levanta. À boa maneira autoritária a que sucessivos governos nos têm habituado, a Administração Educativa procura impor as suas soluções de formato único, ignorando as especificidades das escolas enquanto organizações educativas com história e identidade próprias, com projectos em desenvolvimento no terreno, com órgãos de administração e gestão democraticamente eleitos.

Um dos factores que está na base dos problemas estruturais da Escola portuguesa é a instabilidade na definição e execução das políticas educativas. Não se pode trabalhar eficazmente num sistema que está em permanente mudança.

O Governo tem o dever de criar condições para que as escolas possam desenvolver o seu trabalho e cumprir a sua missão. O Governo não tem o direito de provocar esta instabilidade nas escolas, sobretudo num período particularmente complexo de final de ano escolar e preparação do arranque de um novo. ▶

Educação de Infância e professores contratados

Júlia Vale, Direcção do SPN

1. Relativamente à Educação de Infância, gostaria de dizer que esta tem sido uma permanente preocupação da Fenprof. Ao longo dos anos, este sector tornou-se tanto mais essencial quanto mais foi sendo desvalorizada a sua vertente pedagógica. Depois de um momento muito positivo com a publicação da Lei-Quadro, em 1997, a verdade é que, quando em 2002 foi assumido pela equipa de David Justino um calendário escolar específico para a Educação Pré-Escolar, a luta dos educadores de infância, em conjunto com os seus sindicatos, no sentido de regressar a um calendário que respeitasse os tempos necessários para discussão, reflexão e avaliação, acentuou-se.

Com o ministério de Lurdes Rodrigues, a situação agravou-se, com a então ministra a impor, de há dois anos a esta parte, que o período de apenas 5 dias destinado à interrupção lectiva da Páscoa fosse obrigatoriamente marcado numa semana previamente definida, não respeitando o inicialmente previsto.

Entre Dezembro de 2009 e Março do corrente ano, a Fenprof pressionou constantemente o ME no sentido de alterar esta situação por agravar ainda mais a discriminação a que tem estado sujeito este sector. E a verdade é que, quando já ninguém estava à espera, a 15 dias do início da interrupção lectiva da Páscoa, o ME fez publicar um despacho a alterar o período em que aqueles 5 dias podiam ser utilizados, retomando a possibilidade de serem escolhidos no espaço de duas semanas.

Este pode parecer um pequeno passo, mas é preciso reconhecer, e saber valorizar, que é um importante avanço num caminho que temos que continuar a percorrer no sentido de atingir o objectivo maior que é a valorização da função pedagógica da Educação de Infância e a aplicação a este sector do calendário escolar que vier a ser aplicado aos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. Estamos próximos do período previsto para a apresentação do calendário escolar para o ano lectivo 2010/2011. Garanto-vos que a Fenprof tudo irá fazer para que a nova equipa perceba a urgência da alteração do mesmo, no sentido da dignificação deste sector de educação e da sua vertente essencialmente pedagógica.



foto Felizarda Barradas



foto Jorge Pimentel

2. Uma palavra agora sobre os nossos colegas contratados e desempregados.

É chocante a situação de precariedade de milhares de colegas contratados, agora agravada com a pretensão do ME de querer considerar a avaliação de desempenho na graduação profissional de todos os docentes. As AECs são um claro exemplo de políticas estruturadas no sentido de manter e promover maior precariedade. A situação dos que se mantêm ano após ano no desemprego, sem qualquer perspectiva de vir a obter uma colocação, é desesperante e as constantes alterações legislativas têm sido sempre concretizadas no sentido de precarizar e nunca no sentido de estabilizar. Existem milhares de professores que vão vivendo de situações de recurso.

A posição da Fenprof e dos seus sindicatos não podia ser mais clara: desde sempre defendemos que os docentes que constituem necessidades permanentes do sistema deveriam ser vinculados. Neste sentido, e tendo em conta o que está previsto no regime geral para qualquer trabalhador, exigimos que um professor/educador contratado com três anos de serviço efectivo seja vinculado ao Ministério da Educação. Mas o ME insiste em não cumprir a Lei no que a esta matéria diz respeito.

É recorrente ouvirmos que a Fenprof não tem feito o suficiente por estes docentes, mas, independentemente de afirmarmos que como organização representativa dos professores e educadores continuaremos a assumir as nossas responsabilidades, nesta como noutras matérias, entendemos que os nossos colegas precisam de perceber que esta é uma luta que só pode ser concretizada com eles, e que as sucessivas iniciativas que a Fenprof e os seus sindicatos realizam, expressamente destinadas a eles, terão muita mais força se as travarmos em conjunto.

É necessário criar condições para ouvir os colegas contratados e desempregados no sentido de encontrar formas que os motivem a participar e a promover, em conjunto com a Fenprof e os seus sindicatos, acções de luta que venham a traduzir-se, num futuro muito próximo, na conquista daquilo a que todos aspiram enquanto docentes – estabilidade e condições de trabalho.

A estes colegas, e a todos, afirmo: podem contar connosco!

3. Por último, gostaria de:

- reafirmar que a Fenprof é um espaço colectivo, de unidade e solidário; um espaço onde qualquer um de nós tem um papel fundamental e decisivo na definição das acções de luta e na convergência;
- lembrar que o actual quadro sindical é de enorme exigência e que as enormes restrições impostas pelo PS colocam, naturalmente, sérias dificuldades ao nosso trabalho nas escolas, junto dos professores e educadores, mas que continuaremos a desenvolver todos os esforços para garantir que a Fenprof e os seus sindicatos continuem presentes ao lado dos docentes portugueses;
- dizer que não é possível estar simultaneamente nas escolas e nas delegações e que, cada vez mais, os funcionários dos sindicatos de professores, nossos companheiros do dia-a-dia, têm um papel fundamental no desenvolvimento do trabalho nos sindicatos da Fenprof. Para eles, o meu reconhecimento. ▶

O superprofessor do 1.º Ciclo

Maria José Araújo, Direcção Distrital do SPN-Porto

1. O 1.º Ciclo, todos sabemos, é o pilar do edifício educativo do indivíduo. Se este não é sólido, dificilmente se construirá com sucesso todo o percurso escolar da pessoa. No entanto, a escola a *tempo inteiro* e o tempo inteiro na escola (também dos professores) está a pôr em causa este importante edifício, basilar para o desenvolvimento global do indivíduo e para a construção de um melhor futuro e de uma sociedade mais justa, culta e democrática.

Pensar, organizar e levar à prática o que é essencial nos contextos formais, isto é, os processos de ensino e aprendizagem e a relação pedagógica que lhes é inerente, está a ser cada vez mais difícil de operacionalizar, porque uma grande parte dos tempos dos professores tem vindo a ser gasta em imensas tarefas de carácter meramente burocrático. O trabalho dos professores do 1.º Ciclo já passou, em muito, as paredes das salas de aulas e da escola, extravasando para as suas casas, uma vez que as fronteiras entre umas e outras são cada vez mais ténues, quer pelo número de horas que passam nas escolas, quer pelos TPC que diariamente são obrigados a levar para casa.

Este facto está a pôr em risco a qualidade do serviço que estes profissionais prestam.

Se não, vejamos:

- » o professor do 1.º Ciclo tem 25h lectivas semanais com um grupo de alunos, às quais foram acrescidos 90 minutos de Apoio ao Estudo, geralmente com o mesmo grupo de alunos – o que, na prática, é mais hora e meia de trabalho lectivo;
- » o professor do 1.º Ciclo tem, oficialmente, uma hora por mês de tempo não lectivo, para atendimento aos pais e encarregados de educação; tempo esse que é largamente ultrapassado, devido à importância da ligação Escola/Família nesta faixa etária;
- » o professor do 1.º Ciclo é o único responsável pela elaboração e avaliação do Plano Curricular de Turma;
- » o professor do 1.º Ciclo é o único responsável por toda a preparação do trabalho relacionado com o ensino e a aprendizagem: planificar, avaliar, preparar materiais, elaborar fichas diagnósticas, formativas, sumativas, critérios e matrizes, planos de recuperação, de acompanhamento, etc.;
- » o professor do 1.º Ciclo tem que supervisionar as AEC, o que implica mais horas do tempo não lectivo;
- » o professor do 1.º Ciclo tem ainda, muitas vezes, que: registar e vigiar os almoços, preencher o mapa do leite escolar (e agora da fruta), vigiar os intervalos dos alunos, fazer requisições de materiais e equipamentos, fazer ofícios para a direcção do agrupamento e outras entidades, fazer relatórios para psicólogos, terapeutas, médicos de família e, quando é preciso, introduzir dados para o MISI, para o Magalhães, etc., etc.;
- » além de tudo isto, o superprofessor do 1.º Ciclo, tem que participar em formações – do PNEP, PAM, Ciências Experimentais... – e em reuniões: de ano, de departamento, de projectos, de acompanhamento e avaliação das actividades, etc., etc., etc...



foto Jorge Pimentel



foto Jorge Pimentel

2. Por tudo isto, urge repensar o 1.º Ciclo, clarificar o papel do professor e o seu conteúdo funcional, promover alterações nas suas funções e na organização deste nível de ensino, nomeadamente:

- » reduzir para 22 horas o horário lectivo dos docentes;
- » entregar o Apoio ao Estudo a outros docentes, que não os titulares de turma, completando-lhes o horário, e só para alunos que dele necessitem;
- » proporcionar condições efectivas de trabalho, tanto ao nível dos recursos como dos meios;
- » integrar as AEC no currículo, sem aumentar a carga horária dos alunos, e, conseqüente valorizá-las, possibilitando-se, assim, a criação de conselhos de turma neste sector de ensino, com a partilha de responsabilidades no ensino/aprendizagem;
- » aumentar o número de representantes do 1.º Ciclo nos conselhos pedagógicos, na proporção do número de professores nos agrupamentos;
- » atribuir as tarefas de carácter burocrático às secretarias dos agrupamentos;
- » aumentar o número de professores do Apoio Educativo de acordo com as reais necessidades das escolas, possibilitando uma gestão adequada à especificidade de cada agrupamento, de modo a combater eficazmente os obstáculos que vão surgindo no ensino/aprendizagem de muitos alunos, evitando que se transformem em dificuldades permanentes;
- » evitar ao máximo vários anos de escolaridade numa mesma sala e o aumento do número de alunos por turma;
- » colocar nos primeiros anos de escolaridade dois professores por turma, de modo a evitar realmente, e o mais precocemente possível, o insucesso escolar e educativo.

3. Os professores do 1.º Ciclo leccionam num sector com especificidades e, por isso, precisam de ser encarados de forma diferenciada. Não se pode tratar de forma igual o que é diferente, caso contrário, corre-se o risco de pôr em causa a qualidade de todo o edifício educativo, uma vez que, como todos sabemos, é no 1.º Ciclo que se define uma grande parte (se não a totalidade) do percurso escolar do indivíduo.

Só dando valor aos professores é que teremos uma melhor profissão e um melhor futuro! ▶

Educação Especial

Vítor Gomes, Direcção do SPN

1. Nos combates pela Escola Democrática, a Fenprof destacou-se sempre nas muitas lutas que travou por uma escola que reúna os meios e as condições para receber e atender as necessidades educativas de todas as crianças e jovens – a Escola Inclusiva –, contribuindo decisivamente, desta forma, para a consagração deste princípio na Lei de Bases do Sistema Educativo. Imperativo legal, aliás, que deveria ter orientado as políticas educativas no sentido da efectiva construção dessa Escola.

Outro, porém, tem sido o sentido das políticas educativas no nosso país. Sucessivos cortes nas verbas destinadas à educação em geral, e à Educação Especial (EE) em particular, reduções drásticas nos recursos humanos, limitações funcionais ao exercício da actividade docente, manutenção de turmas excessivamente numerosas, falta de espaços e materiais adaptados, graves limitações nas acessibilidades – são apenas algumas das incidências práticas de uma tal política, que tem contribuído para afastar a Escola da matriz democrática que a actual Lei de Bases preconiza. A lei do Ministério da Educação para a EE veio aumentar as nossas preocupações sobre as reais intenções do Governo de instituir a exclusão como regra e a inclusão como excepção, no quadro de uma Escola mais selectiva.

As pessoas com deficiência, após algumas incipientes e tímidas experiências de integração, implementadas sobretudo a partir de 1973, viram consagrados, após 1974, um vasto conjunto de direitos que foram vertidos na legislação portuguesa após a revolução democrática do 25 de Abril, seguiram-se importantes transformações no direito internacional que fizeram do último quartel do século XX um tempo de verdadeiros avanços civilizacionais para as pessoas com deficiência.

Vejamos: no plano nacional, Constituição da República Portuguesa (artigo 71º), Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei 9/89); no plano internacional: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Salamanca (Junho de 1994).



foto Felizarda Barradas

2. Ao Estado português, enquanto Estado de Direito, cumpre fazer aplicar as leis portuguesas e assegurar o respeito pelas normas e princípios das declarações e convenções internacionais por ele aceites e subscritas, aliás, no quadro do Direito Internacional estabelecido pela Organização das Nações Unidas.

Ora, é à luz deste quadro legal (nacional e internacional) que a Fenprof sempre denunciou os governos e ministérios da Educação por:

- violarem um direito humano fundamental – o direito à educação;
- manterem dezenas de milhar de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) sem os necessários apoios educativos;
- manterem milhares de estabelecimentos de ensino sem acessibilidades para os alunos com NEE, designadamente para os que são portadores de deficiência visual e/ou motora, limitando, assim, a sua mobilidade no espaço escolar, não só não procedendo às adaptações nos edifícios já construídos como, ainda mais grave, continuando a construir (ou a reparar) edifícios escolares sem cumprir as disposições legais em vigor;
- não procederem à adaptação de materiais e equipamentos nem dotar as escolas dos adequados meios técnico-pedagógicos;



foto Henrique Borges

- não disponibilizarem os necessários recursos humanos de apoio, garantia fundamental para a realização plena de um real processo de inclusão;
- manterem a dimensão de muitas turmas que integram alunos com NEE acima dos 20 alunos ou manterem mais de dois alunos com NEE na mesma turma, num frontal atropelo do princípio da individualização do processo de ensino-aprendizagem para os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, de acordo com a filosofia e a letra do Decreto-Lei n.º 319/91;
- imponham constrangimentos financeiros que dificultam ou inviabilizam o acesso às ajudas técnicas para alunos com deficiência;
- obrigarem muitos docentes de EE a apoiar crianças em 6 e 7 locais diferentes, pondo em risco a qualidade dos apoios, ou a exercer esse apoio em situações e condições por vezes inoportáveis (apoios a grandes distâncias, algumas situações de apoio domiciliário, entre outras);
- não garantirem o acesso dos docentes de EE à formação especializada, através de modelos de formação em serviço que valorizem a experiência e formações já adquiridas;
- não garantirem que todos os cursos de formação inicial destinados à docência tenham nos seus planos de estudos disciplinas que abordem a problemática das NEE e por não garantirem, nas prioridades da formação contínua, acções de formação sobre NEE;
- não garantirem condições de trabalho condignas, impondo circunstâncias inadequadas e degradantes em muitas situações de apoio;
- não implementarem a criação dos lugares de EE nos quadros de escola e de agrupamento, tendo em conta as necessidades reais dos alunos com NEE e das suas escolas.

3. Com o novo diploma legal para a organização da EE o Governo e o Ministério da Educação, visam:

- desresponsabilizar o Estado pela educação dos alunos com NEE;
- institucionalizar e privatizar a educação/ensino dos alunos com NEE;
- alterar o conteúdo funcional do docente de EE;
- reduzir o número de docentes de EE.
- desenvolver a implementação da segregação escolar de alunos com NEE, retirando-os das escolas das suas comunidades para escolas de referência administrativa, completamente descontextualizadas dos projectos familiares e comunitários.

4. A Fenprof pauta-se por:

- condenar as políticas educativas que, ao tornar as escolas mais competitivas, mais selectivas e mais elitistas, instituem a exclusão como regra e a inclusão como excepção;
 - exigir o cumprimento de outras políticas educativas que façam da escola democrática, pública e inclusiva a Escola que assegura, com qualidade, o direito de todos os cidadãos à educação;
 - exigir a imediata revogação do decreto-lei 3/2008, do Ministério da Educação, para a EE e a manutenção dos princípios que, nesta modalidade de educação, norteiam a actual Lei de Bases.
- Em sua defesa, o Ministério da Educação/Governo não consegue produzir provas que contestem os factos de que foi e é acusado. A sociedade portuguesa contesta desde o seu início as políticas educativas que instituem a exclusão como regra e a inclusão como excepção e obriga o Governo e o ME a assegurarem a todos os cidadãos o direito a uma educação de qualidade. ▶

Ensino Superior e a excelência:

Manuel Carlos Silva, Direcção do SPN

1. De modo recorrente, constatamos hoje, nos mais diversos sectores, e com particular incidência nas instâncias governativas a nível nacional e internacional, seja nos programas de ensino, seja nas unidades de investigação, um discurso acrítico sobre a qualidade e a excelência, sem questionar nem problematizar esta ideia, como se as instituições do Ensino Superior fossem entidades “puras”, sem qualquer relação com o mundo da vida, os diversos interesses, designadamente o “mundo dos negócios”.

Considerando a evolução do Ensino Superior à luz das lógicas e fases do desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas, creio ser de sustentar como fecunda a hipótese de trabalho e que os actuais modelos e dinâmicas estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento desigual do capitalismo mundial, verificando-se a passagem da fase industrial *fordista*, presente até aos anos 80-90 do século XX, para uma outra da “sociedade do conhecimento”.

O sistema de ensino, designadamente o superior, se, por um lado, pode reduzir formas de desigualdade social, por outro, tende a reproduzi-las, para cuja análise importa contrastar as teorias da mobilidade social com teorias críticas, designadamente marxistas. Imbricado com velhas formas de desigualdade de classe, ter-se-á de ter em conta o tema das elites, um tema que, para certos ideólogos, por vezes cínicos, pressupõe um distanciamento insanável com as massas, como se de uma espécie de eterno retorno circular, fatal, se tratasse. Esta separação entre elites e massas, do mesmo modo que outras como economia *versus* política, ou sociedade *versus* Estado, tende a ver o político separado do económico e dos interesses subjacentes às classes dominantes.

2. Considerando a situação em Portugal, o papel do Ensino Superior na formação das elites deve ser articulado com a lógica e a fase de desenvolvimento do capitalismo. Aduz-se com frequência a velha tese da meritocracia sem se questionar por que é que uns têm condições para o sucesso e outros não as têm e por que é que tantos talentos escondidos não se potenciam nem se podem desenvolver. Têm-se assumido as reformas do Ensino Superior em torno do Regime Geral das Instituições do Ensino Superior e do “Processo de Bolonha” como um imperativo nacional e europeu, impregnadas de uma nova filosofia e pedagogia, um novo “espírito”, o qual, todavia, se tem desvanecido, ficando apenas as restrições da “carne” financeira, em que o subfinanciamento mina a estruturação dos cursos de 1º e 2º ciclos e dificulta o acesso ao 3º.

Os programas e as divisas em torno da qualidade e da excelência, se não forem acompanhados das condições necessárias, designadamente financeiras, para proporcionar a formação graduada e pós-graduada a uma elevada percentagem de cidadãos, podem converter-se numa falácia ou num resultado diminuto que apenas se traduz no fomento de “estrelas”, sem alteração substantiva na redução das desigualdades. Ou seja, a obsessão pela excelência numa Universidade dita de massas, sem se preocupar da equidade e da justiça, não só no acesso, como no sucesso, pelo menos, da grande maioria dos cidadãos, torna-se um novo embuste ideológico.

entre um maior acesso e a reprodução das desigualdades sociais



foto Felizarda Barradas

3. Neste contexto, não se alterando o rumo das políticas educativas, tais reformas acabam por reproduzir as classes economicamente dominantes e legitimar as elites políticas, científicas e culturais, através de mecanismos tecnocráticos de hierarquização e competitividade darwinista de universidades/politécnicos e centros de investigação, novo controlo de *outputs* (agências de avaliação, harmonização de graus e sistemas de acreditação), de desregulação do sistema e de restrições ao financiamento do Ensino Superior público. Para além das directrizes de harmonização, e sob a razão ou pretexto de alteração de métodos pedagógicos centrados no aluno, há um tácito rolo compressor no actual “Processo de Bolonha” que é o de um Ensino Superior a dois ou mais tempos, velocidades e patamares: o Superior para as “massas”, traduzido na obtenção das licenciaturas de três anos, desvalorizando-as, e uma pós-graduação em mestrados e, sobretudo, doutoramentos e pós-doutoramentos, para determinadas elites e subsequentes postos de comando no mundo económico, político, cultural e científico. Deste modo, as novas elites da sociedade do conhecimento, e seus filhos e protegidos pela via clientelar, designadamente partidária, podem aceder, por razões económicas ou pelo filtro do mérito, a lugares de topo, sem deixar, contudo, de cooptar e incorporar alguns membros provindos de classes mais destituídas em recursos económicos, mas excepcionalmente bem sucedidos no seu percurso académico, profissional ou empresarial. Trata-se das excepções que legitimam a regra da reprodução das elites em postos mais elevados das empresas, instituições.

Se as ditas reformas não foram tão longe nos seus efeitos negativos, tal se deve, em grande parte, à conjugação da movimentação sindical e luta dos docentes, sobretudo dos politécnicos, mas também ao combate travado, primeiro, em sede negocial e, posteriormente, graças uma nova correlação de forças na Assembleia da República. ▶



**queremos dar um rosto ao futuro
e semear a flor que vai nascer
e construir o jeito de saber
que unidos vamos ter
a força de chegar**





DR

Intervir pela eliminação da discriminação em função do género

Manuela Silva, Direcção Distrital do SPN-Aveiro

1. O relatório do estudo *A Situação do Professor em Portugal*, coordenado pelo professor Braga da Cruz e publicado em 1989, refere que “o menor prestígio social atribuído a profissões exercidas por mulheres, não só em termos remuneratórios, mas também sociais mais vastos, tem afectado o prestígio dos professores em geral”. A feminização da docência era mesmo considerada uma das principais razões da discriminação da profissão, unicamente porque a maioria dos seus trabalhadores eram mulheres.

21 anos depois, continuamos a viver uma realidade idêntica. Esta continua a ser uma das profissões com maior taxa de feminização em todos os sectores de ensino não superior: 96,5% no Pré-Escolar; 86,8% no 1º Ciclo; 71,9% no 2º Ciclo e 70,4% no 3º Ciclo e Secundário (segundo dados de 2008). Mas só 43% dos docentes do Ensino Superior são mulheres, o que é aliás contraditório com o seu elevado sucesso educativo e com o facto de 50,9% dos doutoramentos realizados em 2008, terem sido feitos por mulheres.

Factores objectivos e subjectivos, que não temos tempo para agora analisar, determinam estas contradições entre o sucesso e qualificação das mulheres e a sua situação profissional. A verdade é que as mulheres têm um peso determinante na educação, pelo que tudo o que regula a função docente tem acrescidas repercussões na sua vida. Exemplo disso é a violência que têm constituído, para as professoras, as profundas alterações introduzidas no ECD nos últimos 4 anos, que tornaram a profissão cada vez mais inconciliável com a vida familiar.

Não podemos ignorar que são elas que, em regra, continuam a desempenhar tarefas e responsabilidades acrescidas na família, para além de proliferarem famílias monoparentais de professoras com filhos a cargo. As longas distâncias de casa para o trabalho, a precariedade dos vínculos laborais, a desregulação dos horários, as intermináveis tarefas de trabalho de casa, são exemplos de problemas que, atingindo toda a classe docente, dificultam ainda mais as condições de vida das professoras.

2. Na Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens, da Fenprof, temos acompanhado estes múltiplos problemas e não nos ficam dúvidas de que não é possível pensar esta profissão sem equacionar a problemática de género.

É necessário acompanhar a aplicação da legislação da maternidade e paternidade, combatendo as irregularidades existentes, nomeadamente:

- na licença de amamentação/aleitação, na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo;
- nos inúmeros entraves colocados pela Segurança Social na concessão do subsídio de maternidade e paternidade;
- no incumprimento, em regra, no Ensino Superior, público e privado, universitário e politécnico, da licença da maternidade/paternidade, nomeadamente no caso das docentes com contratos.



foto Jorge Pimentel

A Comissão, com um trabalho regular nos últimos anos, tem contribuído para que a Fenprof desempenhe um importante papel na promoção da igualdade de género nas escolas, nomeadamente através do Projecto Equal – Agir para a Igualdade.

Nos dois últimos anos lectivos, em parceria com a CGTP e outras instituições, estimulámos o desenvolvimento de projectos de escola, no continente e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que contou, entre outras iniciativas, com a realização de 15 acções de formação, onde participaram 270 professoras e professores.

O site e o «Jornal da Fenprof» têm sido excelentes instrumentos de divulgação de ideias e acções sobre as temáticas da igualdade de género. Actualmente, o JF está a publicar dossiers temáticos com documentação variada e sugestões de actividades para desenvolver nas escolas.

Esta preocupação tem a ver com a constatação de que a temática da igualdade de género não tem estado presente na organização do sistema educativo, ao nível dos programas, dos materiais pedagógicos (que continuam a veicular representações sexistas do mundo, desfasadas da realidade social), das práticas pedagógicas e da organização escolar).

Entre outras responsabilidades, cabe à Escola orientar e estimular projectos de vida que permitam opções profissionais sem marcas de género, como acontece ainda nos dias de hoje. Temos de reverter a situação actual, em que 85% dos diplomados na área da educação são mulheres, enquanto em engenharia, indústrias transformadoras e construção são apenas 28%.

Temos consciência de que a Escola pode e deve dar um importante contributo para a desconstrução de estereótipos sexistas e para a formação de gerações mais iguais, portanto mais equilibradas e mais livres. A integração transversal da perspectiva de igualdade de género nos currículos e programas, bem como na formação inicial e contínua de professores(as) e pessoal não docente, serão medidas que consideramos indispensáveis para que a Escola Pública seja mesmo um espaço de práticas de cidadania, onde a inclusão e a igualdade se apresentem como valores fundamentais. ▶

Aposentados e aposentáveis

1. A aposentação é o último escalão da carreira dos professores, que, nesta matéria, não têm visto respeitados todos os direitos adquiridos. O mesmo se tem passado com os educadores e professores aposentados, que têm sido alvo de muitas malfeitorias, como, ultimamente, no IRS. Os docentes e outros funcionários públicos aposentados são os únicos que descontam para o seu subsistema de saúde – a ADSE.

Não contentes com isso, desde 2007, têm sofrido descontos no subsídio de férias e no 13º mês, ao contrário de qualquer trabalhador no activo. E apesar de o ministro das Finanças ter dito publicamente que ia devolver essas verbas, os descontos continuaram a ser feitos. O Sindicato dos Professores do Norte apresentou um processo em Tribunal, em nome dos seus associados, e espera ver o ministro Teixeira dos Santos sentado no banco dos réus.

Mas a suprema ofensa feita aos docentes aposentados foi o voluntariado! Além de outras funções inconcebíveis, os professores voltavam às escolas para manter a disciplina! Os professores novos vão imensas vezes para o hospital – os mais velhos, quase todos com osteoporose, normal nas suas idades, iam logo para o cemitério... Uma boa solução – menos pensões de aposentação para pagar!... O aparecimento do IAS (Indexante de Apoios Sociais) e as alterações que tem sofrido, prejudica todos os professores e educadores aposentados, porque o número de indexantes contemplados para aumentos é muito baixo, deixando de fora quase todos os que têm pensões superiores, pelo menos os que se aposentaram até aos últimos dois anos – tivemos uma honrosa excepção, no ano passado, porque havia eleições...

2. As antecipações da aposentação, parecendo uma benesse, e as más condições existentes nas escolas levam os professores a verdadeiras pensões degradantes. Há professores que se aposentam com metade do vencimento, e *quem cedo aposenta, cedo apobrenta!* A aposentação será uma fuga para a frente, mas não é solução para os outros problemas das escolas. Esses têm que ser resolvidos nas próprias escolas e não as abandonando.

A profissão docente é uma profissão de desgaste e não pode estar dependente dos humores do Governo, que não cumpre as suas próprias leis, haja em vista o que se está a passar com o Orçamento de Estado e o PEC. O que se julgava garantido até 2015, foi-se...

A data em que é determinada a pensão tem sofrido tratos de polé – ora é na data em que entra na Caixa Geral de Aposentações, ora na data em que é despachada. Era lógico que – com a demora em despachar as pensões, considerando a data do pedido, e obrigando os professores a muitos meses de trabalhos forçados sem proveito nenhum – se exigisse a aplicação do Estatuto de Aposentação e, portanto, o pagamento de mais um terço do vencimento. Resultado: nada mais fácil! Foi só mudar a data de atribuição e corrigir automaticamente as já despachadas, chegando a haver correcções de 20 cêntimos...

São precisas condições especiais para a aposentação dos docentes que têm direito a pensões completas e nenhum professor ou educador pode ser obrigado a trabalhar com mais de 40 anos de serviço ou para além dos 60 anos, e todas as pensões já atribuídas devem ser corrigidas, tendo em conta estes limites e a indexação com os vencimentos no activo.

Muito mais havia para dizer, mas só quero recordar Brecht: os docentes aposentados não são guerreiros cansados e, portanto, não serão vencidos. E os professores em serviço podem contar com eles. ▶



foto Jorge Pimentel

Teresa Maia Mendes, Mesa da Assembleia-Geral do SPN

Espera-nos um triénio incerto



Francisco Gonçalves,
Direcção Distrital do SPN – Aveiro

1. Vivemos, desde 2002, em declínio económico e social, provocado, no essencial, por uma orientação política claramente de cariz neoliberal, primeiro sob a batuta de Durão Barroso e Santana Lopes e, posteriormente, de Sócrates, actualmente em versão de maioria relativa. No nosso sector, estes governos traduziram-se numa reconfiguração da educação, da escola, do papel e do modo de ser professor.

A violenta ofensiva desde então sentida obrigou a nossa Federação, colectivamente, a apostar num tipo de sindicalismo mais combativo, mais interveniente, mais agressivo, se assim quisermos considerar. Tratou-se de uma opção tomada não por concordâncias ou discordâncias do registo e do tom do dirigente A ou do dirigente B, mas sim por uma necessidade concreta do tempo que em 2007 se vivia.

Os três anos entretanto passados, o nível de mobilização de professores alcançado e o facto de hoje, aqui, no 10.º Congresso da Fenprof, estarmos perante uma lista de unidade comprovam o acerto da decisão há três anos tomada. Para estes três anos de grandiosa luta sindical foi essencial o trabalho dos órgãos da Fenprof, Secretariado e Conselho Nacional, e dos dirigentes que os constituíram, nomeadamente, do prestígio e qualidade do seu secretário-geral, Mário Nogueira.

Uma vez que, por diversas razões, que vão desde a redução do número de dirigentes destes órgãos, passando pelas escolhas das Direcções dos vários sindicatos da Fenprof, é justo que aqui deixe uma forte saudação a todos aqueles que deixaram ou vão deixar estes órgãos, com referência especial ao presidente do Conselho Nacional, Mário David Soares, um dos fundadores do SPN e da Fenprof, figura incontornável e de grande prestígio no sindicalismo docente.

2. Em relação ao futuro, espera-nos um triénio incerto. Vislumbra-se uma única certeza no nosso horizonte – vão ser tempos de dura luta sindical. As recentes manobras do Ministério da Educação para aplicar o 12-A ao ECD e, agora, a questão da avaliação a integrar a graduação profissional dos concursos são disso exemplo. O sorriso radioso que substituiu um certo semblante carregado, entretanto promovida a agiota das Américas, não nos deve iludir – o que aí vem é duro e por detrás do sorriso há uma orientação política que não mudou.

A Fenprof é hoje, mais ainda do que em 2007, a grande referência dos professores portugueses, apesar de sistematicamente acossada por muitos, que, entre insónias, teclam revoluções, manifestações, acusações e se auto-intitulam de *a voz dos professores*, de corporizarem o seu pensar, o seu sentir e o seu movimento. São sinais dos tempos, aos quais devemos estar atentos, mas não devemos nem subestimar, nem sobrestimar. É que, apesar de toda a importância e potencialidades das tecnologias da informação e comunicação, das quais as estruturas sindicais devem aproveitar todas as mais-valias, é a reunião sindical na escola, é o dirigente e o delegado sindical na escola que ouve, que opina, que ajuda a resolver o problema e que promove a luta da classe, o elo determinante para o futuro do sindicalismo docente.

Se é importante que a Fenprof mantenha a linha dos últimos três anos, e é de facto importante, é também essencial a valorização do papel do activista, do delegado sindical, do dirigente sem redução, da reunião sindical na escola, do reforço do corpo da estrutura sindical. É aqui que se joga o nosso futuro.

Não podem as dificuldades sentidas, nomeadamente as impostas pelo actual enquadramento da actividade sindical, e o fascínio desmedido pelo poder do teclar, servir para justificar a não ida às escolas, a não realização de espaços de reflexão para a estrutura sindical, o encerramento de delegações, a resignação e o funcionamento em circuito fechado. A introdução de práticas de sindicalismo de gabinete é o grande perigo a que temos de dar combate, por muitas dificuldades que sintamos no desenvolvimento da acção sindical.

Acredito que os sindicatos da Fenprof, os seus dirigentes e os seus associados saberão estar à altura das exigências do momento. ▶

Dificuldades para a intervenção sindical

Fátima Guimarães, Direcção Distrital do SPN-Aveiro



DR

1. A ofensiva do Governo contra os professores também passa por retirar condições para a luta organizada das suas estruturas sindicais. É a redução de horas nos créditos a dirigentes sindicais, é o circunscrever à escola onde o professor trabalha o direito de dispor das 15 horas de dispensa para participação nas reuniões sindicais, mas é também a sobrecarga brutal de actividades laterais à função docente, que o envolve e condiciona. Ao sugar o tempo e as energias dos professores, envolvendo-os neste tipo de tarefas, condiciona-se também a disponibilidade para reflectirem e agirem! Este contexto é vivido, também, pelos muitos dirigentes que hoje estão na escola (a tempo inteiro ou parcial) e ainda vão ter de se informar para poderem responder, esclarecer, dirigir, fazer reuniões nas escolas, participar nas reuniões de direcção... O mesmo acontece com os delegados sindicais, hoje com menos tempo para participarem em reuniões de delegados e menos disponibilidade, espaço e oportunidade para comunicarem com os colegas – que, por sua vez, também estão menos disponíveis para os ouvir...

Mas este é também um desafio! Se as condições são mais adversas, a resposta não pode ser menos vigorosa, menos determinada! E isso só se consegue se houver um esforço redobrado, um enorme empenho e dedicação da estrutura dirigente e muita imaginação para encontrar os momentos e as formas acertadas para agir! *A necessidade aguça o engenho!*

De facto, sendo fundamental aproveitar as novas tecnologias da comunicação, elas não dispensam as reuniões sindicais na escola, a presença do dirigente e/ou delegado sindical que ouve, que esclarece, que ajuda a resolver o problema e que promove a luta quando ela se impõe.

Mas é também este pulsar da classe que alimenta a actividade duma direcção sindical. Se o bom ou mau desempenho da direcção de um sindicato, ou da sua federação, influencia decisivamente a forma como o professor se revê nessa estrutura, também é verdade que a imagem que passa será tanto mais adequada quanto maior for a ligação dos dirigentes aos professores, nas escolas.

2. Estes são princípios que hoje são difíceis de implementar, porque a realidade de muitas direcções distritais é, por via das restrições ao exercício da actividade sindical, contar com uma estrutura a saltar entre a actividade lectiva e a actividade sindical, tão difícil quanto necessária. É precisamente nesta conjuntura extremamente adversa que mais se justifica agir, ter que responder.

No entanto, a Fenprof só pode continuar a desempenhar a sua função com qualidade, mantendo o seu merecido prestígio entre a classe docente e a sociedade em geral, se cada uma destas unidades responder de forma adequada – o que, em muitos casos, significa mais e melhor!

Para isso acontecer, é necessário eleger delegados sindicais, manter ligações informais com as escolas, fazer reuniões sindicais pelo menos uma vez por período, manter o mais possível os dirigentes de apoio nas sedes, manter a prática do funcionamento colectivo, reunindo periodicamente a direcção, os delegados sindicais e, ainda, proporcionar aos professores em geral espaços de reflexão de temas de interesse, por exemplo, nas interrupções lectivas.

O esforço é grande para dar cumprimento aos princípios de um sindicalismo que esteja perto dos professores e que tenha em conta a sua opinião pessoal, mas que não dispense a opinião encontrada no debate colectivo e no confronto de posições.

Se isto for cultivado, a barreira à ofensiva do Governo será consolidada! ▶

ALICE SUSANO. O António insiste: “Alice, o texto sobre o Congresso...”. Como ao António não digo não, aqui vai. 27 anos após o Congresso Constituinte da maior organização de professores portugueses, o 10º aconteceu. Para quem participou em todos, é difícil não estabelecer comparações. Constatei que muitos de nós enrugámos um pouco, “acumulámos conhecimento, sabedoria e experiência” nas laterais e na parte da frente. Foi bom reencontrar colegas e amigos/as; com tristeza, registei



foto Jorge Pimentel

algumas ausências. Que saudades!... Mas falemos do Congresso em si. Parabéns à organização! No interior “profundo” também é possível realizar eventos de grande envergadura, só é preciso vontade e conjugação de esforços. Faltou o entusiasmo, apesar do empenho e da resistência física dos delegados para aguentarem o horário. Não ouvi as intervenções arrebatadoras de outros tempos, a espontaneidade, o vigor de outros congressos – estava tudo muito programado, as intervenções sucediam-se sem sequencialidade, todas preparadas, escritas (só faltava o teleponto), acusavam cansaço fruto do intenso trabalho que a luta sindical nos tem ocupado. Neste congresso fui eleita para o Conselho Nacional, uma honra que não mereço. Após um interregno de três congressos, regresso ao Conselho Nacional com a garantia de que tudo farei para não defraudar as expectativas dos que me elegeram e defenderei, em cada momento, aquilo que se me afigurar mais justo na salvaguarda dos interesses dos/as professores/as e na defesa de uma Escola Pública de Qualidade. ▶

opinião

Participar é importante

Preparar o 10º Congresso da Federação Nacional dos Professores não foi tarefa fácil, em termos de mobilização para as reuniões destinadas à eleição de delegados e à discussão dos textos do Congresso.

As diferentes estratégias utilizadas, dependendo dos sectores de ensino, não deixam que um balanço nos aponte uma preferível, porque mais eficiente. Isto significa que as reuniões realizadas em escolas foram muito pouco participadas, independentemente do número de professores convocados e conseqüente número de delegados a eleger. As convocatórias para a sede do SPN não se revelaram mais motivadoras.

Após o Congresso, é tempo de tentar encontrar razões que possam ter contribuído para tão profundo desinteresse pela discussão e pela participação na actividade sindical, até porque não é a primeira vez que nos deparamos com este quadro.

Paradoxalmente, ao Sindicato, não deixam de chegar telefonemas, mensagens de correio electrónico e visitas de associados, expondo dúvidas e/ou a necessidade de resolução de problemas, alguns transcendendo mesmo o âmbito sindical.

Assim sendo, o Sindicato corre o risco de se tornar um *fornecedor de serviços* que também participa em negociações com resultados ferozmente criticados por parte de alguns e pouco elogiados por outros.

A grande questão, de momento, é: como fazer passar a mensagem de que só através da participação activa de todos se pode chegar a melhores soluções? ▶

Arminda Rosa Vilela,
Direcção Distrital do SPN - Porto

Fenprof promoveu Seminário Internacional em Montemor-o-Novo

Por uma globalização

“O lema proposto – *Sindicalismo Docente em Tempos de Globalização* – procura cruzar olhares sobre as estratégias nacionais e regionais de resistência e combate a esta globalização – neoliberal – que:

- impõe os interesses da finança e do capital às políticas dos governos;
- promove as leis do mercado em detrimento dos princípios democráticos de equidade e solidariedade, agravando a desigualdade social, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão;
- desresponsabiliza o Estado das suas funções sociais, desqualificando os serviços públicos e promovendo a sua privatização;
- ataca os mais elementares direitos dos trabalhadores e as organizações que os representam.

A crise económica e social que atravessamos não deixou incólume o mundo da educação, verificando-se, em muitos países, uma acentuada degradação da situação profissional dos docentes e da qualidade da Escola Pública, que se traduz, entre outros aspectos, em:

- cortes no financiamento;
- congelamento de salários (quando não redução);
- alteração das regras de aposentação e do cálculo das pensões;
- redução de vínculos e aumento de contratos precários;
- alargamento dos horários de trabalho e do número de alunos por turma;
- restrição de apoios a alunos com necessidades educativas especiais;
- tentativas de funcionarização dos professores e de controle da actividade docente;
- burocratização dos sistemas de avaliação do desempenho;
- desenvolvimento de lógicas de privatização, quer através do financiamento público ao ensino privado, quer transformando as instituições de Ensino Superior em fundações.

Neste contexto, que desafios se levantam ao sindicalismo docente?

Para um sindicalismo mais forte, capaz e eficaz

Num livro recentemente editado pela Profedições, um companheiro nosso, Florival Lança, sustenta a necessidade de reforçar a credibilidade, a legitimidade, a representatividade e a autonomia do movimento sindical – face aos poderes instituídos, ao patronato e aos partidos políticos – e de o tornar mais forte, mais capaz e mais eficaz.

Subscrovo e sublinho algumas questões que me parecem importantes para conseguirmos esse objectivo: **Reforçar a unidade na diversidade e pluralidade.** Quanto mais ampla a unidade e maior a democraticidade na tomada de decisões, mais forte e mobilizadora será a acção reivindicativa. É importante aprofundar o diálogo com outros sindicatos – em Portugal, no passado recente, a criação de uma plataforma que uniu todos os sindicatos docentes veio a revelar-se muito importante para a unidade, mobilização e luta dos professores.

Antecedendo o 10.º

Congresso da Federação Nacional dos Professores, teve lugar um encontro que reuniu os convidados internacionais e os membros do Conselho Nacional. Responsável pelas relações da Federação com a Europa, Manuela Mendonça fez uma intervenção (que transcrevemos) em jeito de “pontapé-de-saída” para o debate que se seguiu.

verdadeiramente alternativa



foto Felizarda Barradas

Afirmar caminhos alternativos e procurar formas de os atingir. É recorrente a acusação de que os sindicatos são conservadores, estão sempre “no contra”, não querem mudanças... Como romper este “bloqueio” e ganhar a opinião pública para as nossas causas? Da capacidade de falar para fora depende o apoio ao nosso projecto sindical – um projecto que afirma a profissão docente como indispensável à construção de um futuro melhor e que valoriza a Escola Pública como garante da democratização da educação; um projecto que assenta na defesa do trabalho com direitos e no reconhecimento dos sindicatos como pilares essenciais da democracia.

Prever, acompanhar e influenciar as agendas políticas. Para responder mais rápida e eficazmente aos ataques de que os trabalhadores são alvo, devemos procurar intervir atempadamente nos vários espaços onde as decisões são tomadas. Por exemplo, no que respeita à definição das políticas europeias – temos agora a Estratégia 2020 –, como podemos fazer valer as nossas preocupações e reivindicações quanto à necessidade de mais investimento público na educação e na investigação, ao reforço da educação de infância, à defesa do designado modelo europeu de Ensino Superior e de investigação? Por outras palavras, num contexto em que as políticas são cada vez mais concertadas a nível supranacional, como podemos influenciar as decisões e pressionar os governos? Se conhecermos as intenções e os argumentos dos decisores, podemos ter os contra-argumentos preparados, e isso pode permitir-nos antecipar reformas e responder rapidamente às mudanças de situação que se vão produzindo. É importante, também, escolher o momento oportuno para pressionar o poder político – em Portugal, recentemente, o facto de termos conseguido que os partidos assumissem compromissos pré-eleitorais com os sindicatos de professores foi decisivo para a inflexão de algumas medidas políticas.

Renovar e reforçar a capacidade de representação. É necessária e urgente uma profunda renovação dos sindicatos, a vários níveis: cultural, geracional, das políticas reivindicativas e das formas de luta (é preciso analisar a sua eficácia), de organização e funcionamento interno das suas direcções (reforçando regras democráticas), favorecendo uma maior participação das mulheres e dos jovens – que muitas vezes vêem o sindicato como algo distante das suas expectativas e da sua linguagem. Precisamos de reforçar a nossa capacidade de representação, atraindo mais jovens. É com eles que os sindicatos podem renovar-se e preparar o futuro.

E falando do futuro, termino, agradecendo a presença de todos e fazendo votos de que a reflexão que vamos realizar aponte caminhos para o reforço da nossa acção, articulada com a de outros movimentos sociais, e nos permita construir uma ampla frente de luta por uma globalização verdadeiramente alternativa”. ▀

Fórum pela Educação Ibero-americana: história, fundamentação e objectivos



foto Henrique Borges

Um fórum virado para o futuro

A participação do secretário-geral da Confederação dos Educadores Americanos (CEA) no 10.º

Congresso da Fenprof permitiu – para além do valioso contributo que Fernando Rodal prestou ao seminário internacional que antecedeu o congresso – desenvolver contactos que aproximaram mais a CEA da Federação Nacional dos Professores e de outros sindicatos europeus presentes.

Uma dessas facetas respeita às relações ibero-americanas, como se sabe desenvolvidas a vários níveis políticos, e que, de há uns anos para cá, se procuram incrementar de forma mais sustentada também entre as organizações sindicais docentes.

Uma das formas que pode revestir este caminho de aproximação e trabalho conjunto, será, sem dúvida, a valorização do ainda embrionário, mas promissor, Fórum pela Educação Ibero-americana, cuja declaração constituinte aqui se divulga.

“A resolução da reunião do Comité Executivo da Confederação de Educadores Americanos (CEA) realizada em Montevideo, em 2007, com o objectivo de criar um organismo de monitorização, acompanhamento e consulta sobre a realidade educativa do continente, com incidência nos aspectos que actuam sobre as transformações e reformas nos sistemas educativos que regem os nossos países, foi comparticipada pela Associação de Educação Solidária (AES), Federação Latino-Americana de Trabalhadores da Educação e da Cultura (FLATEC), Associação de Educadores Latino-Americana e do Caribe, AELAC, entre outros.

Agora, altura em que se lança no terreno, decide abrir-se a todas as organizações da área educativa que pugnem pela defesa de uma melhor educação ibero-americana. Aproveitando a oportunidade do encontro internacional *Avaliação dos Sistemas Educativos no Quadro da Nova Realidade Político-Sindical Latino-Americana e Caribenha* – realizado de 27 a 29 de Julho de 2009, na cidade de Montevideo, Uruguai –, efectuou-se o lançamento oficial do mesmo, com a participação de novas organizações sindicais e da sociedade civil, que se juntam às anteriores, entre as quais o Instituto Paulo Freire, a Confederação de Trabalhadores das Universidades das Américas (CONTUA), a Campanha Mundial pela Educação, o Sindicato de Trabalhadores do Ensino – Intersindical das Ilhas Baleares (STEI-i) e a organização não-governamental (ONG) Ensenyants Solidaris.

Um dos objectivos principais é dar visibilidade às temáticas fulcrais dos nossos trabalhos, permitindo um contacto fluido e flexível com as organizações fraternas e organismos como a UNESCO, Comissão de Educação do Parlamento Latino-Americano (Parlatino).

Consideramos esta instância de alto valor político, educativo e social, já que a sua força se demonstra, em termos históricos, pela sua capacidade de coordenação, articulação, mais além das diferentes posições e visões que se defrontam no mundo educativo.

Dada a conjuntura actual da América Latina, com o surgimento de novos governos e organizações populares, consideramos o lançamento deste fórum como uma ferramenta eficaz e oportuna em todos os domínios, já que não cria novas organizações nem origina novos custos económicos e financeiros, salvo os mínimos indispensáveis para uma operacionalidade de acção que pode ser distribuída entre todos os membros do mesmo.

Uma realidade educativa com importantes desafios

O consenso internacional sobre Educação para Todos contribuiu para que o acesso à educação inicial e básica tenha aumentado de forma vertiginosa na América Latina e no Caribe, tal como noutras áreas do planeta.

Este novo contexto coloca novos desafios no que toca à defesa da educação pública. Em primeiro lugar, corre-se o perigo de que muitos países confiem no alargamento do sector privado para colmatar a forte procura de educação, sobretudo nos níveis mais elevados. Este facto deveria contar com um controle e regulação adequada por parte do Estado, determinando que a educação não é uma mercadoria, e, por isso, deve ser defendida como um direito humano básico, não só no aspecto formal, mas também no efectivo exercício do mesmo.

Na maioria dos países em vias de desenvolvimento, intensifica-se ainda mais a tendência para a privatização dos níveis do Ensino Superior de educação, facto que acontece também nos países da OCDE.

Em segundo lugar, em alguns países, a expansão educativa, por exemplo, infra-estruturas, formação docente, salário, condições de trabalho, desenvolve-se em detrimento da qualidade (socialmente referenciada), sobretudo nos casos em que esta se realiza a baixos custos, e a que geralmente chamamos “educação pobre para pobres e educação rica para ricos”. Por conseguinte, existem mais estudantes em situação de pobreza, com menos apoio familiar e maiores dificuldades de aprendizagem nas aulas. Isto acarreta enormes dificuldades para o sistema educativo no seu conjunto, e em particular no campo do desenvolvimento e execução das práticas educativas, que exigem que se possa contar com mais e melhores recursos, que apoiem os novos desafios para todo o sistema educacional, entre os quais deve ter-se em conta uma nova ética planetária que considere a diversidade com inclusão e uma relação entre a educação e o mundo do trabalho que abranja uma visão integral e integradora, que não seja uma simples e mera reprodução das condutas do mercado.

Também se coloca a necessidade de as políticas estatais evitarem a segregação educativa dos estudantes, nas salas de aula e nos centros de estudos, em função da origem social, racial, de género, de crenças religiosas, etc.

Todos estes elementos, entre outros, configuram, sem dúvida, uma realidade educativa em que surgem importantes desafios para o trabalho e a organização dos trabalhadores, que permite e impõe a tarefa de ir desenvolvendo a ideia de uma nova articulação com a funcionalidade de redignificar e inovar a partir das alternativas propostas anteriormente.

Este fórum procura e pretende problematizar o estado desta situação, no diverso contexto Ibero-americano, analisar as diversas dimensões do seu impacto e explorar alternativas que partam da concepção da educação como um direito irrenunciável e inalienável das pessoas, numa perspectiva de acção permanente que defenda o exercício pleno dos direitos sociais, laborais e sindicais dos trabalhadores da educação”. ▶

«Estou Farto!»

O título e o excerto ao lado foram transcritos, com a devida vénia, de uma crónica de Manuel Falcão, publicada no dia 15 de Junho, no diário gratuito Metro (edição Porto).

Caro Manuel Falcão, não o conheço pessoalmente, mas digo-lhe já que tem toda a minha solidariedade e compreensão, pois partilho muitos dos desencantos que sente! Aliás, ainda ao volante, e depois de recolher o jornal em causa num semáforo, logo me chamou a atenção, no canto inferior direito da primeira página, a frase “Há dias assim: farto de tudo e mais alguma coisa”, que, de imediato, e de sinal vermelho em sinal vermelho, me levou à página 8 e a *devorar* a sua crónica antes mesmo de atingir o meu destino.

Entre tantas coisas de que Manuel Falcão se manifesta farto, e que, verdade seja dita, já fartam cada vez mais e mais cidadãos deste Portugal todo ele também cada vez mais farto e desencantado, selecionei as transcritas pelos motivos que adiante procurarei expor, a respeito de tudo quanto envolve a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja (11 de Junho) de não decretar definitivamente a providência cautelar interposta pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e, conseqüentemente, com essa decisão, permitir que o Ministério da Educação volte a incorporar na aplicação de candidatura ao concurso de docentes os campos relativos à avaliação do desempenho, que assim é considerada para efeitos de cálculo da graduação.

Só que – e isto é que é preciso tornar bem claro – esta decisão do TAF de Beja só é possível porque o ME não teve pejo em mentir descaradamente perante o tribunal!

De facto, o TAF de Beja conclui que “a concessão de uma providência cautelar depende dum juízo de ponderação dos interesses em jogo na situação concreta, de forma que a providência cautelar deve ser recusada se os danos que se pretendem evitar com a mesma se mostrarem superiores àqueles que podem resultar da sua recusa.

Isto é, quando, como sucede no caso em apreço, o prejuízo resultante para a Entidade Requerida (aquela que por força das suas atribuições e competências, em primeiro lugar compete assegurar o regular funcionamento do sistema de ensino e que alega, concretizando, não conseguir cumprir com o decretamento) se mostre superior ao prejuízo (que, resumidamente, o Requerente alegou como sendo os danos irreparáveis no percurso profissional dos docentes seus associados) que se quer afastar com a providência”.

No entanto, esta conclusão só aconteceu por o ME ter alegado que “a decisão que implica a alteração da fórmula da graduação prevista no art. 14.º do Decreto-Lei 20/2006, de 31 de Janeiro, *implicaria a alteração profunda do algoritmo por alteração dos factores que constituem a fórmula, impondo a paralisia do procedimento concursal em curso traduzindo-se num impedimento incontornável da publicação dos resultados no dia 30 de Agosto, num grande atraso no início do ano lectivo, com as respectivas implicações e acresceria substancialmente o custo que o Estado tem com o concurso*”.

Ora, este argumento utilizado pelo ME junto do tribunal é clara e absolutamente falso, como se constata da informação prestada pelo director-geral dos Recursos Humanos da Educação – reunião na DGRHE (8 de Abril) com as várias organizações sindicais de professores –, segundo o qual estava tudo preparado para as duas soluções, ou seja, para ser ou não considerada a avaliação no concurso. Segundo o mesmo, estariam prontas duas plataformas informáticas, uma com os campos relativos à avaliação do desempenho e outra sem eles, o que significava que, em nenhum dos casos, e qualquer que viesse a ser a opção política, decorreria qualquer problema para o normal desenvolvimento do concurso. Acrescentou, ainda, que a decisão política sobre a solução a adoptar não era, obviamente, da sua competência, mas da equipa ministerial.

“Esta semana enchi as medidas. Estou farto de uma actividade política que é baseada na mentira, no engano, na dissimulação (...) Estou farto destes partidos, do funcionamento do sistema, do desprezo pelos eleitores, do cinismo como linha política e da falta de princípios como ideologia. Estou farto de ver os líderes eleitos darem o dito por não dito”.

José Manuel Costa

No dia seguinte – 9 de Abril, data de publicação do *Aviso de Abertura do Concurso* e último dia útil antes da fase de candidatura –, em reunião ME-Fenprof no âmbito de negociação suplementar sobre avaliação de desempenho, esta questão foi colocada, merecendo o seguinte registo na acta, entretanto já assinada pela Fenprof e pelo secretário de Estado Adjunto e da Educação:

“No final da reunião, a Fenprof colocou o problema da consideração da avaliação do desempenho no concurso. De acordo com o secretário-geral, a *DGRHE* informara, em reunião realizada na véspera, estar preparada para as duas soluções: contar ou não contar. Contudo, segundo o director-geral, a decisão política não lhe competia, pelo que aguardava que fosse tomada. O secretário-geral repetiu, então, as situações criadas com a consideração da avaliação, tendo entregado ao SEAE um documento em que constavam. A Fenprof alertou, ainda, para o facto de a fase de candidaturas se iniciar na segunda-feira, dia 12, e de não se poder aguardar muito mais tempo pela decisão política, reiterando a necessidade de a avaliação não ser considerada neste concurso como, frisou, há muito a Fenprof vinha alertando.

O SEAE agradeceu o documento, referindo ter conhecimento de muitas das questões, e informou não haver ainda uma decisão política sobre a matéria, pedindo à Fenprof que aguardasse mais algum tempo” [esta e outras actas estão disponíveis em www.spn.pt]

Perante tudo o exposto e devidamente registado, seja no despacho do TAF de Beja, seja na acta da reunião de 9 de Abril, fica claro que o ME não hesitou em recorrer à mentira descarada para conseguir o seu objectivo político, alegando, junto do tribunal, a criação de prejuízos que sabia não existirem. Certamente que a Fenprof irá recorrer da decisão do tribunal. Mas, pessoalmente, não consigo evitar um forte sentimento de repulsa por esta forma de fazer/estar na política. E sinto-me bastante como Almada Negreiros, há quase 100 anos: se esta gente é portuguesa, eu quero ser espanhol!!! ▶

“Como portugueses, estamos cansados de viver. Se calhar, a nossa missão histórica acabou”



cortesia Editorial Caminho

“Hoje, sexta-feira, 18 de Junho, José Saramago faleceu às 12.30 horas na sua residência de Lanzarote, aos 87 anos de idade, em consequência de uma múltipla falha orgânica, após uma prolongada doença. O escritor morreu estando acompanhado pela sua família, despedindo-se de uma forma serena e tranquila”. Fundação José Saramago

(excertos de entrevista com Adelino Gomes, publicada no suplemento *Mil Folhas* do jornal Público em 12.11.2006)

“Passámos séculos de dependência: dependência da Grã-Bretanha, dependência disto, dependência daquilo. Agora somos também dependentes, o que não é vergonha nenhuma: há panelas de barro e há panelas de ferro. Mas aqui falta uma coisa que se chama brio. Cada vez mais. Somos capazes de fogachos, como o 25 de Abril foi – um fogacho em que nós ingenuamente acreditámos. Não era certo, não era possível, não era crível, mas o tempo da felicidade para Portugal chegou então. Durou, como as rosas de Malherbe, *l’espace d’un matin*. Acabou”.

“Temos um cerimonial democrático cada vez mais falto de vergonha: campanhas eleitorais que custam rios de dinheiro, subsidiadas muitas vezes não se sabe por quem ou demasiado se sabe por quem; promessas que se sabe de antemão não serão cumpridas; processos cosméticos do género de termos um governo de um partido socialista mas não um governo socialista. Porque, aqui e em qualquer parte do Mundo, o partido no governo vai poder chamar-se o que quiser porque vai ter que fazer exactamente a mesma política. Uma comédia de enganos. Não servimos para nada mais senão para homologar coisas que não têm nada que ver connosco porque não podemos influir nelas”. ▶

Magic Slim no Douro Blues

Dois concertos duplos (2 e 3 de Julho) no Teatro d’Avenida, em Gaia, compõem o cartaz da quinta edição do Douro Blues.

O festival abre com o norte-americano Sherman Robertson (considerado “um dos novos expoentes do zydeco, R&B e Louisiana blues”), a aquecer o palco para mais uma ressurreição dos britânicos The Yardbirds, por onde, nos anos 60, andaram Eric Clapton, Jeff Beck e Jimmy Page – da formação inicial, continuam Chris Dreja (guitarra) e Jim McCarty (bateria).

Na segunda noite, a primeira parte é assegurada por Mable John, uma veterana que ao longo da sua carreira se tem cruzado com alguns dos nomes maiores do género (Ray Charles, Billy Holliday, B.B. King). O V Douro Blues chegará ao fim, certamente da melhor maneira, com o lendário *gigante dos blues* – leia-se Magic Slim –, num concerto que se espera, também ele, mágico. Com 72 anos, Slim continua de baterias carregadas, incendiando qualquer sala com a força impressionante da sua voz e dos seus solos de guitarra. ▶



DR



DR



Manifestação no Aeroporto de
Pedras Rubras (actual Aeroporto
Francisco Sá Carneiro), em
1976/77, em apoio a Rui Luís
Gomes e ao seu regresso do exílio
no Brasil, o que não veio a aconte-
cer pois os governos não o
permitiram. Entre os que o aguarda-
vam incluem-se Amálio Araújo,
Rosa Ferreira, Adriana Pereira,
Hárcio Guimarães, Sousa Lopes,
José Maria Fialho, Lúcia,
Adelaide Araújo, Teresa de Sousa,
Emília de Sousa e Valdemar.



“SÉRGIO VALENTE – um fotógrafo na oposição” é um livro de memórias do autor das fotografias – testemunhos da participação activa dos mais variados sectores da sociedade portuguesa na luta contra a ditadura. “No meio de uma feroz repressão, inimaginável para as gerações posteriores na forma corrosiva e omnipresente com que invadia os quotidianos, Sérgio Valente registou, resistiu e sobreviveu para contar”, destaca a editora (Edições Afrontamento). ▶

A história da humanidade e dos direitos, pautada por uma extraordinária lentidão e temporalidade, teve como uma das principais consequências a condição da realidade infantil contemporânea e o proeminente lugar que passou a ocupar no seio da sociedade. A emergência dos Direitos da Criança e a preocupação de promover a sua efectiva aplicação representam um dos marcos mais importantes de toda a história da infância.

No âmbito desta dinâmica, a representação da Criança caracterizou-se diferenciadamente em função dos contrastes e das transições ocorridas nos múltiplos períodos históricos.

O começo do século XX, no qual é consolidado um progressivo reconhecimento da infância, trouxe consigo a necessidade de proteger a infância em articulados específicos, em função do princípio segundo o qual “a Humanidade deve dar à Criança o que tem de melhor” (preâmbulo da Declaração de Genebra, 1924). As sucessivas declarações de direitos visaram este propósito. Mas é com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, que, finalmente, se reconhece uma ampla gama de direitos da infância e se estabelecem normas, deveres e obrigações a todos os Estados que a subscreveram.

O texto convencional exprimiu, acima de tudo, o reconhecimento de que, para além de direitos-protecção, a criança tem direitos-liberdades, decorrentes da sua efectiva apreensão como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento pessoal e social.

A Criança é finalmente reconhecida mediante a sua autonomia e os seus direitos activos, conferindo-se-lhe uma vertente participativa e dinâmica, no âmbito das suas múltiplas esferas de acção. Acima de tudo, é reconhecida como pessoa e como cidadão. Um cidadão-criança, mas um cidadão.

Assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que irá comemorar o seu 21.º aniversário em Novembro próximo, desencadeou um vasto processo de mudanças sociais, lançando os alicerces e criando uma dinâmica a favor dos direitos das crianças que se pretende em permanente crescimento e expansão.

Contudo, apesar dos progressos alcançados, ainda há muito por fazer para garantir que todas as crianças possam usufruir dos seus direitos. Lamentavelmente, os documentos – mesmo que ratificados por cerca de duas centenas de países, como é o caso – não são muitas vezes respeitados.

A Convenção não é um conjunto de promessas, mas de obrigações. A sua aplicação é, em primeira instância, uma obrigação dos governos, mas exige o envolvimento de toda a sociedade: pais, professores, activistas sociais... Todos têm um importante papel a desempenhar.

Como refere Kofi Annan, “os países chegarão mais perto das suas metas de paz e desenvolvimento se chegarem mais perto da realização dos direitos de todas as crianças” (relatório *Situação Mundial da Infância, 2005*).

A apreensão da Criança como sujeito, não só de necessidades, como também de capacidades, é, porém, um processo inacabado. A sua história continua em função da dinâmica civilizacional da humanidade, cujas características conjunturais ditarão novas medidas de aplicação. ▀



foto UNICEF Amineh Johannes



foto UNICEF Donna Descare



foto UNICEF Shehzad Noorani

A propósito do Dia Mundial da Criança

Susana Moura,
Direcção Distrital do SPN-Porto



nesta edição

- a abrir
02. **Desafios da escolaridade obrigatória de 12 anos**
- editorial
03. **O denominador comum**
- acção sindical
- O que foi feito e o que está para acontecer. A reordenação da rede escolar e a constituição de mega-agrupamentos. E ainda a memória e o repositório do 10.º Congresso da Fenprof.*
04. **Um final de ano intenso**
06. **Quando os critérios financeiros ditam as regras...**
08. **Educação de Infância e professores contratados**
10. **O superprofessor do 1.º Ciclo**
12. **Educação Especial**
14. **Ensino Superior e a excelência: entre um maior acesso e a reprodução das desigualdades sociais**
18. **Intervir pela eliminação da discriminação em função do género**
20. **Aposentados e aposentáveis**
21. **Espera-nos um triénio incerto**
22. **Dificuldades para a intervenção sindical**
23. **Participar é importante**
- internacional
- Antecipando o 10.º Congresso, a Fenprof promoveu um seminário internacional subordinado ao tema da “globalização verdadeiramente alternativa” e no qual participaram, entre outros, os convidados estrangeiros e os membros do Conselho Nacional.*
24. **Por uma globalização verdadeiramente alternativa**
26. **Fórum pela Educação Ibero-americana: história, fundamentação e objectivos**
- vemos ouvimos e lemos
28. **«Estou Farto!»**
- apostas spn
30. **Magic Slim no Douro Blues**
- a fechar
31. **A propósito do Dia Mundial da Criança**

spni
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXV · II Série · N.º 39

Junho 2010 · 2 euros

spninfo@spn.pt

A “SPN-Informação” e a Direcção do Sindicato dos Professores do Norte desejam a todos os leitores, e em particular aos associados, umas férias retemperadoras.